

Relatório de Estágio na Academia das Ciências de Lisboa

Nathália Barreto de Queiroz

**Relatório de Estágio de
Mestrado em Edição de Texto**

Abril, 2021

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Edição de Texto realizado sob a orientação científica do
Professor Doutor Rui Zink.

*“No matter who you are, where you’re from, your skin color, gender identity:
speak yourself.*

Find your name, find your voice by speaking yourself”.

Kim Namjoon, 2018.

AGRADECIMENTOS

Obrigada à minha família, que sempre me ensinou a importância do estudo. Ao meu marido, Thiago Nogueira, por topar essa empreitada de mudar de país. Aos funcionários da Academia de Ciências de Lisboa, principalmente à Dr.^a Diana Saraiva de Carvalho, que sempre foi tão solícita e gentil comigo e foi fundamental para a realização desse estágio. E ao meu orientador Professor Rui Zink, que me socorreu em um momento de desespero.

Relatório de Estágio na Academia das Ciências de Lisboa

Nathália Barreto de Queiroz

RESUMO

O presente relatório descreve as atividades realizadas durante estágio curricular na Academia das Ciências de Lisboa. Inicialmente é explicado o funcionamento e organização da Academia, em seguida são descritas as tarefas desempenhadas no decorrer do período de estágio e, por fim, são feitas algumas reflexões sobre o papel do editor e o período de estágio.

PALAVRAS-CHAVE: Academia das Ciências de Lisboa; Estágio curricular; Edição de texto.

Relatório de Estágio na Academia das Ciências de Lisboa

Nathália Barreto de Queiroz

ABSTRACT

This report describes the activities carried out during a curricular internship at the Lisbon Science Academy. Initially the functioning and organization of the Academy is explained, then the tasks performed during the internship period are described and, finally, some reflections are made on the role of the editor and the internship period.

KEYWORDS: Lisbon Science Academy; Curricular Internship; Edição de texto.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 – Entidade onde foi realizado o estágio: Academia das Ciências de Lisboa	3
1.1. História da Academia das Ciências de Lisboa	3
Aula Maynense	4
1.2. Organização interna da Academia das Ciências de Lisboa	5
Composição da Academia	6
Instituto de Altos Estudos (IEA)	7
Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa	8
1.3. Sessões da Academia	8
1.4. Serviço de Publicações	9
Memórias	9
Elogios Históricos	11
Capítulo 2 – Descrição da prática de estágio	13
2.1. Fases da edição de texto	13
Preparação de texto	13
Revisão de provas	14
Sinais de revisão	15
Livro de estilo	15
2.2. Processo de edição das Memórias	15

Preparação dos arquivos	16
Elaboração dos Índices	16
Preparação de texto: prática	17
Primeiras provas: prática	17
Sinais de revisão: prática	18
Memórias de 2016 e 2019	19
2.3. Elogios Históricos e Colóquios – Publicação Digital	20
2.4. Problemas comuns	20
Pontuação	20
O uso de maiúscula e minúsculas	21
Referências bibliográficas	21
Texto trocado ou errado	22
O uso do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	22
O uso dos sinais de revisão	22
A ausência de um Livro de Estilo	23
2.5. Materiais e instrumentos utilizados	24
Capítulo 3 – Reflexões e questionamentos sobre o estágio	26
Conclusão	32
Referências Bibliográficas	35
Anexos	37

INTRODUÇÃO

O presente relatório corresponde à última fase do Mestrado em Edição de Texto da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Descreve as atividades realizadas no estágio curricular, compreendido como componente não letiva do Mestrado, na Academia das Ciências de Lisboa durante o período de setembro de 2019 à janeiro de 2020.

A Academia das Ciências de Lisboa é uma instituição pública que dispõe de um Serviço de Publicações, o qual é responsável por publicar e divulgar as comunicações orais realizadas pelos Acadêmicos e Sócios da Academia. E foi nesse departamento que realizei meu estágio.

Conforme o plano elaborado em conjunto com a Dr.^a Diana Saraiva de Carvalho, responsável pelo Serviço de Publicações da Academia, e com a Prof.^a Maria Salomé Pais, Secretária-Geral de instituição e da Classe de Ciências, minha orientadora na instituição, a atividade principal do estágio compreendeu a preparação para publicação impressa do livro *Memórias da Academia – Classe de Letras*, anos de 2011 e 2012 e a revisão dos textos acadêmicos a serem publicados no catálogo digital do *site* oficial da Academia.

O relatório está dividido em três partes, abrangendo três pontos principais: o funcionamento da Academia, a descrição das atividades realizadas e as reflexões que elas originaram.

No primeiro capítulo, é feita uma apresentação da Academia. Iniciando pela sua história, explicando seu funcionamento, organização interna, composição e Institutos. Por ser o foco principal do meu estágio, é realizada uma exposição mais detalhada do departamento Serviço de Publicações e das publicações *Memórias* e *Elogios Históricos*.

O segundo capítulo descreve a parte prática do estágio, como foi a preparação e revisão das *Memórias* dos anos de 2011 e 2012 e dos textos das comunicações para publicação digital.

São detalhados os problemas mais comuns, a tomada de decisão e suas soluções. Além disso, é feita uma pequena explicação sobre o processo de edição do texto, suas etapas e conceitos.

Por fim, no capítulo três, são feitas algumas reflexões e explicações sobre o papel do editor, seu conceito e função. Para em seguida, analisar as atividades e a organização do estágio e da própria Academia com o intuito de comparar teoria e prática.

Capítulo 1 – Entidade onde foi realizado o estágio: Academia das Ciências de Lisboa

A entidade escolhida para a realização do estágio foi a Academia das Ciências de Lisboa, doravante também chamada de ACL ou apenas de Academia, tradicional Instituição nacional dedicada ao desenvolvimento e ensino das Ciências Avançadas e à promoção e progresso acadêmico em Portugal.

Com mais de 200 anos de existência, a entidade tem como lema a sentença: *Nisi utile est quod facimus stulta est gloria*¹. Já revelando o seu propósito pragmático e sua atuação em prol da ciência.

Ao longo de sua história, a Instituição teve seis sedes diferentes e atualmente encontra-se instalada na Rua da Academia das Ciências, número 19, em Lisboa. Suas instalações físicas incluem mais de 100 salas, que compreendem os gabinetes dos funcionários e acadêmicos, a biblioteca, o claustro, o Museu Maynense e o Salão Nobre.

Como organização, a Academia funciona sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência² e caracteriza-se como “instituição científica de utilidade pública dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa”³.

1.1.História da Academia das Ciências de Lisboa

Inicialmente denominada Academia Real das Sciencias de Lisboa, a Academia das Ciências de Lisboa foi fundada em 24 de dezembro de 1779 durante o reinado de D. Maria I de Portugal e D. Pedro III de Portugal⁴.

Idealizada em meio à crise do Antigo Regime Europeu, a ACL foi criada por D. João Carlos de Bragança e Sousa Tavares Mascarenhas da Silva e Ligne, 2º duque de Lafões e tio de D. Maria com o objetivo de reproduzir em Portugal uma instituição

¹ Tradução: Se não for útil o que fizermos, a glória será vã. Disponível em: <<http://www.acad-ciencias.pt/academia/historia-da-academia-das-ciencias-de-lisboa>> [Consultado em 6 Abr. 2020].

² Anuário do Ministério da Educação e Ciência 2013.

³ Decreto-Lei nº 5/1978, artigo 1.

⁴ Mariana Lambert. Disponível em: <http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015&Itemid=331> [Consultado em 6 Abr. 2020].

científica amparada pelos ideais Iluministas semelhante às outras academias que se espalhavam pelo continente.

Nesse contexto, a Academia é estabelecida com base nos seguintes princípios: predomínio da experiência, valorização de uma educação utilitária e aplicação do conhecimento para solucionar problemas práticos, como os relacionados à economia, à cultural e à sociedade portuguesa⁵.

Desde sua criação, a ACL tem se envolvido em discussões importantes e colaborado para o desenvolvimento da ciência, exercendo papel fundamental nas discussões científicas e políticas do país. Como exemplo, é possível citar sua participação nas reformas no ensino público, na reforma do sistema de pesos e medidas, que culminou com a adoção do sistema métrico decimal em Portugal, a sua atribuição no combate à varíola, quando ajudou a difundir a vacinação pública durante o Império Português⁶ ou ainda, na atualidade, em que vem realizando comunicações orais *on-line* sobre a pandemia e o Covid-19.

Reconhecidamente uma entidade sem fins lucrativos, ao longo de sua história a ACL passou por crises e dificuldades para se manter em funcionamento. Ainda assim, a Instituição continua ativa, produzindo e difundido o conhecimento nas áreas da Ciências, Humanidades e Tecnologia, realizando comunicações, ciclos de estudo e intercâmbios culturais com outros países.

Aula Maynense

Criada pelo Padre Joseph Mayne (1723-†1792) no Convento de Jesus, a aula Maynense constituía sessões de ensino com matérias de História Natural. Após o autoritarismo pombalino, mesmo sofrendo pressão em defesa do monopólio da Universidade de Lisboa, a aula persistiu e foi responsável pelo ressurgimento do Ensino Superior em Lisboa.

Além disso, Mayne, com o incentivo da Família Real e da Real Academia de Sciencias, deu início a um museu, onde acumulou diversos artefatos culturais e obras

⁵ Idem.

⁶ Idem.

literárias e científicas (chamados de *curiozydades*) oriundos de viagens à América, África, Índia, China e Rússia.

Hoje o Museu Maynense funciona na Academia e possui espólio reconhecidamente valioso e significativo. Dentre sua coleção, podemos referir, além do mobiliário, algumas de suas peças mais importantes: pinacoteca, estatuária, relíquias do Convento de Jesus, material etnográfico (*curiozydades*); restos de coleções zoológicas, botânicas/xilológicas, paleontológicas, mineralógicas, arqueológicas; objetos de tecnologia e desenvolvimento industrial em Portugal; coleções de instrumentos de física, espólio de escavações; numismática e medalhística e legados de acadêmicos⁷.

1.2. Organização interna da Academia das Ciências de Lisboa

A Académias das Ciências de Lisboa é regida por seus Estatutos, aprovados pelo Decreto Lei n.º 5/78, de 12 de janeiro, alterado pelos Decretos Leis n.º 390/87, de 31 de dezembro, n.º 179/96, de 24 de setembro, n.º 53/2002, de 2 de março, 90/2005, de 3 de junho, e n.º 157/2015, de 10 de agosto, com republicação.

Como missão, a ACL promove a valorização da cultura portuguesa, fomenta a investigação científica, incentiva o estudo da Literatura, da Língua Portuguesa e da história portuguesa e sua conexão com outros povos. Também é responsável por desenvolver pareceres e avaliações científicas para o Governo Português e auxiliar projetos educacionais⁸.

Além dessas atribuições, a Academia atua como órgão de consultoria linguística nacional⁹, sendo responsável por propor medidas e tarefas que estimulem e promovam a unidade e a expansão da Língua Portuguesa.

Para isso, coordena sua ação com a Academia Brasileira de Letras, com a rede de academias europeias, com outras organizações culturais dos países de Língua Portuguesa e com os núcleos portugueses no estrangeiro.

⁷ Site da ACL. Disponível em: <<http://www.acad-ciencias.pt/academia/museu-maynense>> [Consultado em 04 Abr. 2020].

⁸ Decreto-Lei nº 5/1978, artigo 4.

⁹ Decreto-Lei nº 5/1978, artigo 5.

Outra competência da Instituição é a elaboração e publicação do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*, que é a fonte oficial de registro ortográfico do léxico português europeu e que pode ser consultado no endereço eletrônico <<http://volp-acl.pt>>.

Para alcançar seus propósitos, a Academia realiza cursos, sessões públicas, grupos de pesquisa, edição de livros e publicações periódicas, cooperação com outras instituições culturais e científicas e suporte aos núcleos de cultura local.

Composição da Academia

Conforme destaca seu estatuto, a Academia das Ciências de Lisboa é constituída por duas classes acadêmicas, denominadas Classe de Ciências e Classe de Letras. Cada uma delas está organizada em sete seções, que compreendem áreas científicas específicas, conforme discriminadas a seguir.

Classe de Ciências:	Classe de Letras:
Matemática;	Literatura e Estudos Literários;
Física;	Filologia e Linguística;
Química;	Filosofia, Psicologia e Ciências da Educação;
Ciências da Terra e do Espaço;	História e Geografia;
Ciências Biológicas;	Direito e Ciência Política;
Ciências Médicas;	Economia e Finanças;
Ciências da Engenharia e Outras Ciências Aplicadas.	Sociologia e Outras Ciências Humanas e Sociais.

Componente basilar da Academia, os sócios são responsáveis pela produção, fomento e difusão de conhecimento da Instituição. Para isso, são distribuídos de acordo com a sua especialidade de saber e sua hierarquia como membro.

Sendo assim, cada Classe acadêmica possui: 35 sócios efetivos; 70 sócios correspondentes e um máximo de 70 sócios correspondentes estrangeiros. Dentre eles, há ainda um presidente, um vice-presidente, um secretário e um vice-secretário por Classe.

A Academia divide-se ainda nos seguintes departamentos:

- Instituto de Altos Estudos;
- Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa;
- Biblioteca;
- Museu;
- Serviço de relações internacionais;
- Serviço do património;
- Serviço de publicações;
- Serviço administrativo.

Visto que o estágio tem como objeto principal a edição e a preparação das Memórias da Academia e o mesmo foi realizado no setor de publicações, esse será o único departamento a ser explicado e detalhado mais adiante.

[Instituto de Altos Estudos \(IAE\)](#)

O Instituto de Altos Estudos foi criado em 1931 segundo proposta do Sócio Efetivo da Classe de Letras, Moses Bensabat Amzalak, com o intuito de promover conferências, lições, colóquios e reuniões científicas e culturais em coordenação com as Universidades.

Nesse contexto, o Instituto divide-se em dois seguimentos distintos: o Instituto de Estudos Académicos para Seniores (IEAS) e o Seminário Permanente de Jovens Cientistas (SJC).

O IEAS é destinado aos seniores e visa assegurar que os académicos com mais de 50 anos mantenham-se ativos, atentos às mudanças geracionais, e continuem participando dos avanços científicos da Academia. Em contrapartida, o SJC tem como objetivo incentivar o envolvimento de jovens cientistas (entre 30 e 40 anos) com a Instituição.

Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa

O Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa (ILLP) é responsável pelo estudo do léxico português e pela realização de pesquisas nas áreas de lexicologia e lexicografia, por meio de seminários, colóquios e apoio à núcleos de estudo.

Um dos desafios do ILLP é construir um acervo lexicográfico atualizado da Língua Portuguesa e disponibilizá-la de modo que seu alcance seja fácil e generalizado. Em 2001, a Academia das Ciências de Lisboa, com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, publicou o Dicionário da Língua Portuguesa.

Atualmente esse trabalho vem sendo continuado e melhorado para a elaboração de um novo Dicionário da Academia, que visa ampliar a quantidade de vocábulos, atualizar as alterações e princípios lexicográficos, além de ser disponibilizado digitalmente.

1.3. Sessões da Academia

As sessões são uma das formas de divulgação da pesquisa e do estudo realizado pela Instituição. Abertas ao público e praticadas semanalmente, com alternância de Classe, são essas comunicações que mais tarde serão editadas e darão origem ao livro de *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, um para as sessões da Classe de Letras e um para a Classe de Ciências.

Os objetos principais das sessões são a leitura e a discussão de trabalhos literários e científicos apresentados pelos membros. Entretanto também é possível divulgar pareceres e relatórios encomendados à Academia e discutir temas e trabalhos submetidos à sua apreciação; além de proceder a eleição de novos sócios ou sua mudança de categoria ou situação; dentre outros¹⁰.

Os temas e horários das sessões são divulgados previamente no site oficial da Academia. Para isso, cabe ao acadêmico informar na secretaria da Academia o escopo e o título da sua comunicação, que serão disponibilizados no site da Instituição. Depois da

¹⁰ Decreto-Lei nº 5/1978, artigo 17.

sessão, o texto completo deverá ser entregue ao Serviço de Publicações, para que conste nas Memórias da Academia do referente ano.

1.4. Serviço de Publicações

O serviço de publicações é o departamento onde o estágio foi realizado, uma vez que ele é o responsável por editar e publicar as Memórias, objeto principal de trabalho e estudo durante meu período na Instituição.

É coordenado pela Comissão de Publicações, responsável por elaborar o plano anual das edições periódicas da Academia, acompanhar sua execução e propor, ainda, a edição de obras especiais¹¹.

Enquanto isso, cabe ao Serviço de Publicações reunir as apresentações das Classes da Academia e publicá-las nas Memórias da Academia das Ciências; compilar os textos dos ciclos de estudo organizados pela Instituição e editá-los para serem publicados; e, por fim, distribuir suas publicações¹².

Ao mesmo tempo, o Serviço de Publicações é encarregado de editar e publicar os quatro impressos periódicos da Instituição:

- As Memórias da Classe de Ciências;
- As Memórias da Classe de Letras;
- O Anuário da Academia;
- O Boletim.

Logo a frente será feita uma descrição das Memórias e dos Elogios Históricos, publicações digitais da Academia, pois foram os dois materiais que pude participar efetivamente da sua edição e preparação para publicação.

Memórias

Principal objeto de trabalho do período de estágio, as Memórias são publicadas periodicamente pela Academia com o objetivo de propagar os estudos científicos e

¹¹ Regulamento 1092/2016, artigo 98.

¹² Regulamento 1092/2016, artigo 94.

culturais de seus sócios, fomentando e enriquecendo o desenvolvimento das Ciências e das Letras em Portugal.

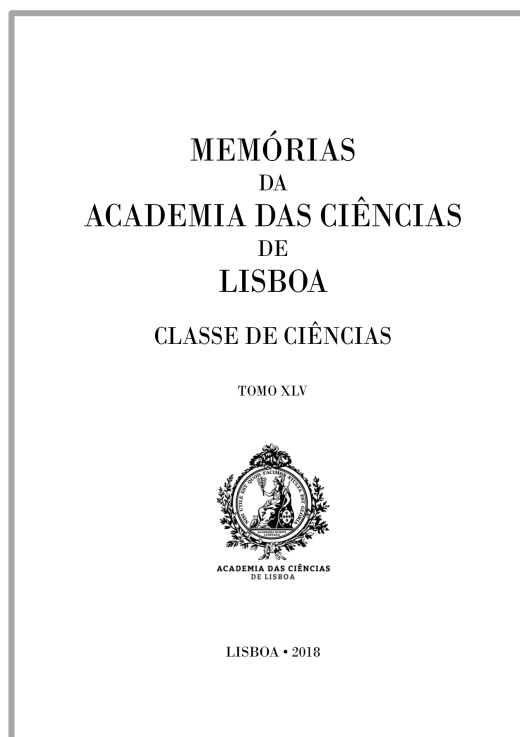


Fig. 1: Capa das Memórias da Classe de Ciências de 2018

Tais publicações são compostas pelas comunicações orais das sessões da Classe de Letras e da Classe de Ciências, sendo um livro para cada classe. Podem conter sessões de um ou, eventualmente, dois ou três anos, desde que não ultrapassem 400 páginas por Livro.

A capa do livro contém o título Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, a classe académica correspondente (Letras ou Ciências), o tomo e sua numeração em algarismos romanos, o símbolo da Academia, o local (Lisboa) e a data (ano das sessões).

Nas primeiras páginas encontram-se a ficha técnica e o póstico, no qual presta-se uma homenagem aos autores falecidos. O primeiro texto possui uma imagem de abertura, em preto e branco, os demais, em regra, não contém imagens, a não ser que seja pedido pelo académico.

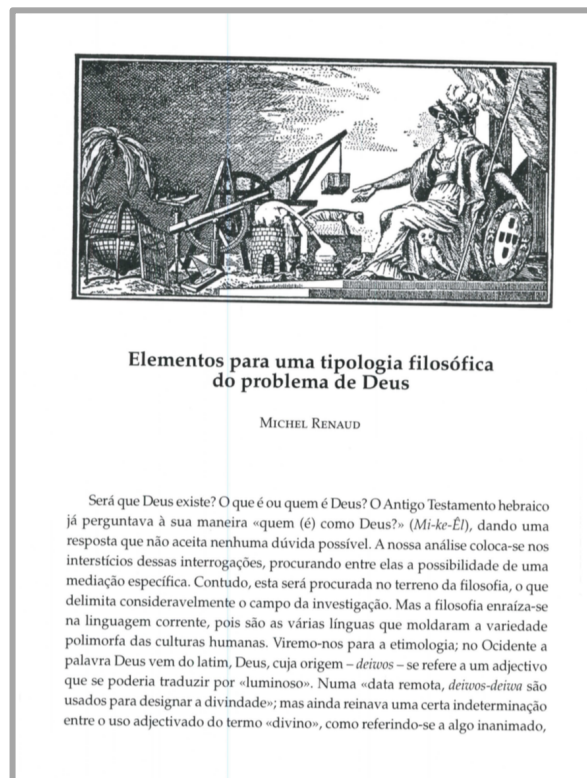


Fig. 2: Primeiro texto das Memórias da Classe de Letras de 2011

Ao final do livro, encontram-se dois índices:

- Índice didascálico (ordenado cronologicamente);
- Índice onomástico (ordenado alfabeticamente).

Para me familiarizar com o formato dos textos e ter um modelo para seguir, foi-me entregue um exemplar das *Memórias da Classe de Ciências de 2018*.

Elogios Históricos

Os Elogios Históricos são mais uma das formas de comunicação da Academia. É realizado em sessão plenária nos seis meses seguintes à eleição de um sócio efetivo, que apresenta o Elogio ao seu antecessor ou a outro sócio que tenha ocupado aquela cadeira.

O escopo desse tipo de comunicação é a biografia do sócio homenageado, sua vida profissional e suas contribuições científicas.

Após o Elogio, segue-se a Reposta ao Elogio Histórico, intervenção proferida por outro acadêmico sobre o sócio recém-eleito, apresentando sua vida e sua caminhada profissional e acadêmica até o momento.



Ao contrário das Memórias, os Elogios são disponibilizados on-line no *site* oficial da Academia. Apesar de não ser a atividade principal do meu estágio, durante o meu período na Instituição, preparei e revisei alguns desses textos.

Fig. 3: Capa de um Elogio Histórico disponível no *site* da ACL

Capítulo 2 – Descrição da prática de estágio

Durante meu estágio na Academia das Ciências de Lisboa, foi-me designado como atividade principal a preparação e a revisão dos textos que vão compor as Memórias da Academia e dos que vão integrar o catálogo digital da Academia.

O livro pelo qual fiquei responsável foi o *Memórias – Classe de Letras – 2011 e 2012*, composto por 13 textos do ano de 2011 e 8 textos de 2012. Mas, além desses, me foi possível revisar os textos que irão compor as Memórias de 2016 e 2019 da Classe de Letras, Elogios Históricos e textos do Instituto para serem disponibilizados digitalmente no *site* oficial da Academia.

2.1. Fases da edição de texto

Para situar melhor o escopo e as atividades realizadas durante o estágio, é necessário primeiramente explicar as fases da editoração ou, como comumente costuma-se chamar, as fases da edição de texto.

O processo de edição de um livro é dividido em três etapas: pré-industrial, industrial ou pós-industrial. “O pré-industrial consiste na busca, seleção, contratação e nas adequações dos originais para publicação; o industrial é a fase de composição, impressão e acabamento; e o pós-industrial diz respeito a todos os aspectos relacionados à comercialização do livro”¹³.

Na Academia, participei apenas dos momentos pré-industrial e industrial, uma vez que o pós-industrial diz respeito à distribuição e comércio das Memórias, atividade que foge completamente do plano de Estágio elaborado com minha supervisora na Instituição. Diante disso, abaixo explico detalhadamente apenas essas duas etapas.

Preparação de texto

Durante a fase pré-industrial, o texto original é preparado para se adequar às normas técnicas e ao estilo da editora ou meio de comunicação. Nessa etapa, chamada de

¹³ Ildete Oliveira Pinto – O livro, p. 9.

preparação de texto, o original será “limpo”, obedecendo à critérios lógicos e normativos com o intuito de tornar o texto coerente, coeso e adequado à linguagem utilizada pelo gênero e público alvo. Ou ainda, em outras palavras “normalização, ou padronização, é a aplicação de normas linguísticas e editoriais ao texto¹⁴”.

Essa atividade pode ser realizada por um editor, um revisor ou ainda um preparador de texto, vai depender da cadeia produtiva e da divisão de trabalho no processo de editoração.

Ortografia, pontuação, vocabulário e as repetições de palavras, ambiguidade e outros vícios de linguagem, concordância, regência, colocação pronominal, abertura dos parágrafos, emprego de maiúscula e minúsculas, estilo (formas do discurso), nomes próprios, estrangeirismos, referências bibliográficas, numerais, abreviaturas, símbolos, disposição e designação de ilustrações, tabelas, etc. Tudo isso é observado durante a preparação de texto.

Contudo, mais do que conhecer a língua e suas normas como código, é importante entender o texto como unidade coerente e com finalidades comunicativas particulares.

Revisão de provas

Após a preparação, ocorre a revisão de provas. Enquanto a preparação dos originais normalmente ocorre em arquivo digital, a revisão de provas é realizada após o texto ser composto e diagramado.

O profissional responsável por essa tarefa pode ser chamado de revisor ou ainda editor e tem como função comparar a prova com o original sem se preocupar com o seu conteúdo, mas apenas aos erros tipográficos¹⁵.

É durante essa etapa que se observam erros como omissão ou duplicação de letras, palavras frases, linhas ou parágrafos, inversão ou troca indevida de sinais, sílabas, palavras, trechos, etc; gralha, que são letras ou sinais trocados no momento da composição tipográfica; imprecisões de correção do preparador e desvios de padronização.

¹⁴ Idem, p. 10.

¹⁵ Idem, p. 125.

Sinais de revisão

Os sinais de revisão são utilizados pelo revisor ou editor, durante a revisão de provas para marcar os erros encontrados e indicar as correções que devem ser feitas. Como as provas são feitas após a diagramação do texto, e normalmente em papel, os sinais são um modo objetivo e prático de emendar os textos sem poluí-los e sem confundir os profissionais.

Existem dois tipos de sinais: os convencionais e os explicativos. Os sinais convencionais são símbolos convencionais, conhecidos pelo revisor e pelo diagramador, que vão indicar o local exato que deve ser emendado (emenda remissiva) e, na margem da página, após uma barra oblíqua (/), a emenda a ser feita (emenda comissiva). Já os sinais explicativos são aqueles acompanhados de uma explicação verbal¹⁶.

Livro de estilo

O livro de estilo é um guia ou manual que tem como objetivo sistematizar as normas linguísticas e estilísticas a fim de facilitar a produção e revisão de textos.

Editoras, jornais, revistas, faculdades e outras instituições utilizam Livro de estilo para definir os princípios e normas de publicação e os critérios editoriais utilizados, facilitando e acelerando o processo de produção e revisão textual.

Ademais, esse tipo de livro ajuda a manter um padrão estilístico próprio e a fornecer critérios organizativos e normalizadores para que o original possa ser publicado¹⁷, evitando disparidades entre os materiais produzidos por uma mesma instituição.

2.2. Processo de edição da Memórias

Conforme explicado anteriormente, as Memórias da Academia contém as comunicações realizadas nas sessões das Classes de Letras e de Ciências. Os textos são

¹⁶ Idem, p. 129.

¹⁷ Mitsue Morissawa – As ferramentas do preparador, p. 24.

organizados por ano e em ordem cronológica e são revistos e preparados para compor o volume anual das sessões.

Sendo assim, é necessário que após as sessões os acadêmicos encaminhem os textos das comunicações ao Serviço de Publicações, onde serão editados para serem publicados.

Quando recebidos, os textos são identificados por classe, para serem preparados, depois enviados à gráfica, seguindo-se então as primeiras provas.

Preparação dos arquivos

Ao serem recebidos, sempre via e-mail, os originais foram identificados em arquivos e separados em pastas de acordo com o ano correspondente.

Em seguida, no suporte digital Word, foram registrados no texto a data da comunicação, o título e o nome do autor. Além disso, a paginação foi eliminada e as imagens são salvas em pastas e apagadas do texto, inserindo em seu lugar a indicação com seu nome, para que o diagramador saiba onde colocá-las novamente, e a legenda a ser inserida.

Para fins de orçamento e planejamento do Tomo, também foi necessário contabilizar todas as imagens, coloridas e em preto e branco, bem como a soma total do número de páginas de todos os textos. Essa informação foi salva e ordenada em um arquivo no Excel para que pudesse ser acessado de maneira fácil e sistematizada.

Elaboração dos Índices

Além de trabalhar os textos, foi preciso elaborar os índices. Cada Memória contém dois índices:

- Índice didascálico (Anexo 1);
- Índice onomástico (Anexo 2).

Uma vez que o livro ainda não estava paginado, não ficou a meu cargo fazer a distinção das páginas, e sim sob responsabilidade da gráfica, cabendo a mim apenas organizar os títulos e nomes dos autores conforme o tipo de índice.

Preparação de texto: prática

A fase seguinte correspondeu à preparação dos originais, realizada no Word com a ferramenta “Mostrar alterações” ativada, para que posteriormente a Dr.^a Diana pudesse analisar as alterações feitas e aprova-las ou não.

Durante esse momento, foi feita a normalização do texto, corrigindo ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, regência, colocação pronominal, o uso de maiúsculas e minúsculas e a formatação das referências. Foi também durante a preparação que foram observados os aspectos formais dos textos como: parágrafos, margens, espaçamentos entre as linhas, tipo, tamanho e estilo da fonte.

Com relação à ortografia é importante salientar que, quando há mais de um registro linguístico para a mesma palavra sua grafia deve ser uniformizada. Sendo assim, a escolha ortográfica feita deve ser mantida durante todo o livro. Entretanto, no caso das Memórias, abri uma exceção e priorizei a vontade do autor.

Isso ocorreu por causa do Acordo Ortográfico e a dúvida pela sua utilização ou não. Em discussão com a Dra. Diana, decidiu-se que a melhor solução era respeitar a decisão do autor e utilizar a norma escolhida por ele. Sendo assim, cabia a mim identificá-lo e manter a coerência e concordância ao longo do texto. Desta forma, a uniformização se deu apenas dentro de cada texto e não do livro inteiro.

Terminada essa fase, os textos foram encaminhados à gráfica para paginar, receber as imagens, corrigir os aspectos gráficos e serem impressos.

Primeiras provas: prática

Depois de realizadas as alterações na gráfica, os textos voltaram para o Setor de Publicações impressos. Os dos autores já falecidos foram separados para procederem à revisão imediatamente, enquanto os demais foram encaminhados por e-mail para os acadêmicos, a fim de que conferissem e realizassem as alterações que julgassem necessárias.

Com os textos devolvidos, primeiramente realizei as emendas desejadas pelos autores nos textos impressos para, então, iniciar a revisão de provas.

Durante esse processo, foram observados os erros de composição e os erros da própria fase de preparação de texto, que porventura posso ter deixado passar.

O ideal é que essas duas fases sejam realizadas por pessoas diferentes, evitando que a mesma pessoa revise o texto duas vezes, mas na Academia fiquei responsável pelas duas revisões, sempre sob a supervisão da Dr.^a Diana.

Os erros de composição reparados foram: omissões, duplicações, inversões ou trocas indevidas de letras, palavras, frases ou parágrafos. Fora isso, foram corrigidas as gralhas, que são pequenos erros tipográficos.

Por fim, foi feita a revisão dos elementos paratextuais (índice, paginação e ficha técnica) seguindo os mesmos princípios dos elementos textuais.

Sinais de revisão: prática

Os sinais de revisão são usados para simplificar o diálogo entre revisor e diagramador e não poluir o texto durante o processo de revisão. Para isso, a comunicação entre autor e revisor, revisor e gráfica, deve seguir parâmetros conhecidos e utilizados por todas as partes.

Conforme explicado anteriormente, durante as primeiras provas o texto foi revisto e alterado em suporte papel. Então, para realizar as emendas, me pareceu mais prático e benéfico utilizar os sinais de revisão ao invés de escrever o qual emenda deveria ser feita.

Como referência, a Dr.^a Diana me emprestou um exemplar do livro *Novo Prontuário Ortográfico*¹⁸, o qual dedica algumas páginas a esse assunto e traz os sinais gráficos e o que cada um representa, conforme se pode observar abaixo.

¹⁸ José M. de Castro Pinto, 2010.

vão compor mais um volume das Memórias da Academia. Nesse caso, não foi feito todo o processo de edição, apenas a preparação de texto no arquivo do Word.

2.3. – Elogios Históricos e Colóquios – Publicação digital

Além dos textos das Memórias, também foi possível me debruçar sobre os Elogios Históricos, textos dos Institutos de Estudos Avançados e de outros Colóquios (mais especificamente o colóquio de Saúde Mental realizado em 2016) e prepará-los para a publicação digital. Ao contrário das comunicações realizadas nas sessões das Classes Acadêmicas, essas conferências são publicadas no site oficial da Academia na área: publicações digitais.

Para a edição dessas comunicações, realizei as etapas descritas na preparação das memórias, com exceção do envio à gráfica e das provas. Sendo assim, os textos foram revistos inteiramente no arquivo Word e em seguida levados para o InDesign, onde foram paginados e receberam as imagens.

O uso do InDesign e a preparação final para publicação foi de responsabilidade da Dr.^a Diana, por conseguinte não me foi possível participar dessa etapa.

2.4. – Problemas comuns

A revisão de texto foi a tarefa que mais tomou meu tempo durante a prática do estágio. Durante essa atividade, foram observados desde erros de digitação, facilmente reconhecidos, a problemas mais complexos em que foi necessário pensar e refletir com cuidado antes de tomar uma decisão.

Abaixo discuto os mais comuns e repetitivos.

Pontuação

Um dos erros mais comuns foi a ausência de ponto final após aspas ou citações ou, ainda, nas referências bibliográficas. Além das notas de rodapé, que repetidamente, vinham sem nenhum ponto final. Para ilustrar, segue-se o exemplo a seguir retirado do

texto Divórcio e casamento na I República: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal.

⁷⁴ Dias Ferreira, *Código Anotado*, 2, 2.^a ed. (1985), 113

Além do ponto final, o uso indevido da vírgula também foi um problema recorrente, principalmente o seu uso ao separar sujeito e predicado.

O uso de maiúsculas e minúsculas

Devido ao uso facultativo das maiúsculas e minúsculas em alguns casos ou das diferenças do Acordo Ortográfico utilizado, os textos seguiam diferentes critérios na hora de escolher a primeira letra maiúscula ou minúscula. Com o intuito de manter a coerência das Memórias, decidi por escolher uma norma e mantê-la em todos os textos.

Palavras como geografia, direito, português, matemática, etc quando se referiam à disciplinas, cursos ou domínios do saber optei por deixa-las maiúsculas (Anexo 5).

Em categorizações de logradouros públicos, edifícios e templos, tais como: Largo, Rua, Palácio, etc, também foi priorizado o uso da maiúscula. Um exemplo disso, é o texto da Professora Tereza Barata-Salgueiro (Orlando Ribeiro e os estudos urbanos de Geografia, Sessão da Classe de Letras de 2011), em que há uma explicação sobre a Rua Direita e vocábulo é exaustivamente repetido. Durante a revisão optei por manter o uso da maiúscula feito pelo autora.

Títulos que se referiam aos sócios da Academia, tais como presidente, vice-presidente, dentre outros, apareciam ora com a inicial maiúscula, ora com a inicial minúscula. Nesse o caso, segui a escolha do autor e mantive a coerência ao longo texto.

Referências bibliográficas

Nas comunicações que compõem as Memórias não é obrigatório colocar referências bibliográficas, fica a critério e escolha do autor. Um problema corriqueiro foi o uso de diferentes normas por diferentes autores. Sendo assim, foi necessário padronizar as referências para que todos os textos do volume seguissem a mesma norma (Anexo 6).

Texto trocado ou errado

Na fase das primeira provas, o texto Nas origens do culto litúrgico de S. Vicente em Lisboa: um fragmento medieval (C. 1250) de autoria do Professor Aires A. Nascimento foi enviado ao respectivo autor para que ele fizesse as alterações necessárias. Durante a comunicação por e-mail, o autor informou que o texto em questão não era a versão final e enviou a versão correta, que foi preparada e revisada.

O uso do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Apesar de o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa já estar em vigor desde 2009, a extensa maioria dos textos ainda não seguia a grafia nova. Dessa forma, durante a preparação dos textos no arquivo Word, modifiquei todas as grafias para que ficassem em consonância com o novo Acordo.

Ao enviar os textos para apreciação da Dr.^a Diana, fui informada de que os autores tinham liberdade para escolher qual norma utilizar e, por isso, se o texto priorizava a grafia anterior, esta deveria ser mantida. As alterações foram feitas novamente e a ortografia escolhida respeitada e mantida.

Ainda sobre o uso do Acordo, cabe comentar o caso do texto do Professor Antônio Menezes Cordeiro chamado Divórcio e casamento na I República: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal? Durante a fase de preparação, corriji a ortografia segundo o Acordo Ortográfico. Ao ser avisada que deveria seguir a escolha do autor, alterei o texto para a grafia original.

Já nas primeira provas, o próprio autor retornou o texto alterando a ortografia para ficar em consonância com o Acordo. Como dito, o Acadêmico tem liberdade para escolher qual norma utilizar (Acordo de 1990 ou de 1945), então mais uma vez sua decisão foi respeitada e fiz as modificações pedidas, mantendo a grafia preconizada pelo Acordo.

O uso dos sinais de revisão

No decorrer das primeira provas, foi necessária a utilização dos sinais de revisão para emendar as provas e sugerir alterações. Apesar de já ter conhecido os sinais de

revisão durante o Mestrado, o fiz apenas em ambiente teórico, sem jamais colocar seu uso em prática.

Diante disso, senti certa dificuldade para me adaptar e assimilar os sinais e o que cada um indicava. Mas o maior problema é que algumas alterações não tinham indicações gráficas no instrumento de normalização linguística que eu estava utilizando. Nesses casos, foi preciso escrever a alteração a ser feita ao invés de usar apenas o carimbo (Anexo 7). Um exemplo é emenda abaixo feita por mim em um dos textos.

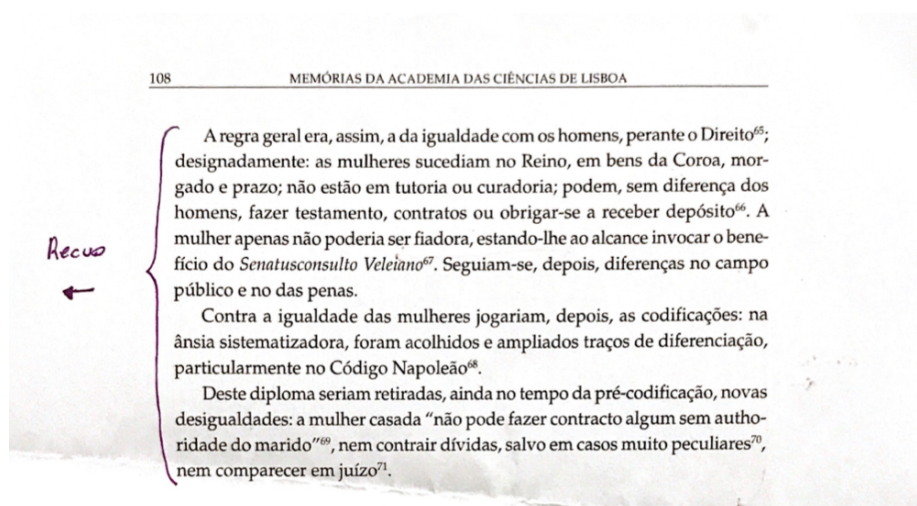


Fig. 5 – Trecho de um dos textos revisados por mim

Ausência de um Livro de estilo

Os livros de estilos ou manuais de estilo funcionam como referência base para os atores envolvidos na edição de texto. Existem no mercado diversos manuais excelentes, que servem para auxiliar os profissionais e principalmente os novos revisores e preparadores de texto.

Contudo, ter um livro de estilo individual acelera o trabalho de edição, além de criar um estilo editorial próprio para a instituição. Por isso, cada vez mais, editoras, jornais, revistas e faculdades apostam em preparar seu próprio livro e, às vezes, disponibilizá-lo para o público em geral, como é o caso do Livro de Estilo do Público que pode ser encontrado em: <http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/>.

A Academia não possui um livro exclusivo, então me foi solicitado que usasse como referência o *Novo prontuário ortográfico*¹⁹. O manual foi bastante satisfatório e sanou minhas dúvidas sobre o processo de preparação de texto e revisão de provas. Entretanto, não há garantias de que autores e diagramadores utilizaram-no como instrumento de normalização ou se conheciam os sinais de revisão encontrados nele e os tomaram como base.

2.5. – Materiais e instrumentos utilizados

Conforme dito, não me foi possível trabalhar com o programa InDesign, uma vez que ficou a cargo da Dr.^a Diana. Sendo assim, durante o estágio, utilizei prioritariamente dois programas de computador:

- Excel: para criar planilhas sobre o progresso do trabalho, contabilizar o número de páginas de cada texto e o número de páginas total das Memórias;
- Word: para a fase de preparação dos textos, sempre com a opção “Mostrar alterações” ativada;

Por mais experiente e eficiente que seja o editor de texto, durante o processo de editoração é preciso apoiar-se em materiais bibliográficos. Dentre os instrumentos de pesquisa essenciais, é possível citar obras de referência como: dicionário de vários tipos, gramáticas, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), manuais de estilo e sites de referência²⁰.

Desse modo, para verificação ortográfica e gramatical, além dos dois softwares citados, utilizei os seguintes instrumentos de normalização linguística (INL) disponíveis na Internet:

- VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa²¹;
- Dicionário Priberam²²;

¹⁹ José M. de Castro Pinto, 2010.

²⁰ Cristina Yamazaki – Editor de Texto, p. 9.

²¹ Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>

²² Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>

- Portal da Língua Portuguesa²³: para conferir normas sobre o Acordo Ortográfico;
- Código de Redação Interinstitucional²⁴;
- Flip: Gramática²⁵.

Além disso, como já citado, tive como material de apoio um exemplar de *Memórias da Classe de Ciências* e o livro *Novo Prontuário Ortográfico*, o qual foi essencial para a fase das primeiras provas e para a utilização dos sinais de revisão.

²³ Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>

²⁴ Disponível em: <https://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm>

²⁵ Disponível em: <https://www.flip.pt/FLiP-On-line/Gramatica>

Capítulo 3: Reflexões e questionamentos sobre o estágio

Editor, *publisher*, copidesque, revisor, dentre outros são termos que usualmente se confundem e acabam sendo usados para designar o mesmo personagem no processo de confecção e comercialização de livros.

Diante disso, antes de comentar sobre a prática do meu estágio na Academia das Ciências de Lisboa, cabe refletir sobre a editoração de texto, suas etapas e a função do editor nesse processo.

Do original à distribuição e comercialização do livro, existe uma cadeia produtiva composta por diferentes profissionais, cada um desempenhando um papel diferente ou, algumas vezes, desempenhando mais de um papel. Autores, tradutores, revisores, preparadores de texto, diagramadores e editores de texto são todos atores envolvidos diretamente na editoração de texto. E um dos problemas dessas variedade de nomes e funções é a conceituação e o papel do editor de texto durante esse processo.

Isso acontece porque o conceito fundamental de editor só conseguiu se manter na língua inglesa, a qual faz uma distinção clara entre editor e *publisher*. No português, essa diferença não existe, causando assim, algumas vezes, uma confusão sobre qual o verdadeiro papel e função do editor na cadeia produtiva do livro²⁶.

Na Língua Inglesa, editor “possui o sentido de pessoa encarregada de organizar, i.e., selecionar, normalizar, revisar e supervisionar, para publicação, os originais de uma obra e, às vezes, prefaciá-la e anotar os textos de um ou mais autores²⁷”. Já o *publisher* seria o responsável pelo lançamento, distribuição e, possivelmente, pela venda dos livros. Enquanto isso, no português, o editor de texto faria os dois papéis: editor e *publisher*, a depender da editora, a divisão de trabalho ou ainda da quantidade de editores ou (supervisores) existentes.

Outra definição, mais detalhada, é a de que o editor envolve-se diretamente nas seguintes atividades editoriais: recepção e aprovação do original enviado para ser editado; escolha e participação da informação paratextual presente nos futuros livros; definição do público-alvo, bem como a sua consequente comunicação; descoberta de novas

²⁶ Emanuel Araujo – A construção do livro, p. 37.

²⁷ Idem, p.37.

oportunidades para o seu negócio; estabelecimento de colaborações com outros empreendedores; atenção a questões legais e políticas no processo de edição de livros²⁸.

Tendo em vista o objetivo e a extensão do presente trabalho, não cabe aqui alongar ainda mais a discussão. Visto que a própria definição aprofundada e história do termo daria um trabalho individual.

Por isso, para este relatório e para conseguir definir satisfatoriamente a minha função como estagiária, combinarei a definição de Araújo e a de Pinto, explicada no Capítulo 2, e aceitarei que o editor é aquele que participa das fases pré-industrial e industrial. Pois foi exatamente essa definição que permeou as atividades que realizei durante o meu estágio na Academia.

Nesse contexto, a supervisora do Serviço de Publicações, Doutora Diana Saraiva de Carvalho seria editora de texto (atuante nas três fases da editoração) ou, no conceito da Língua Inglesa, editora e *publisher*. Enquanto eu, sob sua supervisão, seria estagiária-editora, atuante apenas nas duas primeiras fases do processo de editoração das Memórias.

De todo modo, o mais importante é que me foi possível receber os originais, prepará-los, entendendo o volume das Memórias como uma unidade, coerente e coesa por si só, e revisar as provas. Participando das duas fases iniciais da editoração.

Ainda sobre meu trabalho na ACL e suas publicações, é pertinente considerar como a venda e o formato dos livros e suas mudanças tem impactado no mercado editorial e como isso refletiu, ou não, no meu trabalho.

Com o advento das Revolução Digital e a popularização dos *ebooks*, a cadeia produtiva do livro tem mudado e continua mudando. Refletindo em constantes transformações na relação entre autores, editores e leitores.

Nesse sentido, é possível notar uma maior ênfase dos editores na relação com os autores e com as ações de marketing, focadas nas ferramentas digitais. Além disso, a presença do editor nas redes sociais se torna essencial à comunicação com os leitores e novos clientes²⁹.

²⁸ Banou (2017) *apud* Jessica Pandeirada Silva – O papel do editor no processo criativo da literatura, p. 42.

²⁹ Rui Manuel Monteiro de Oliveira Beja - A Edição em Portugal (1970–2010), p. 90.

Como a Academia das Ciências de Lisboa é uma instituição sem fins lucrativos, essa experiência mercadológica foi ausente.

Enquanto pesquisava instituições para realizar meu estágio curricular não imaginei que iria trabalhar com texto acadêmicos e tão distantes dos textos cotidianos. Até então eu desconhecia a Academia e suas atividades. Entretanto, durante a realização da Feira de Empregos da Universidade Nova de Lisboa, pude assistir um *Workshop* da Dr.^a Diana Saraiva de Carvalho sobre a Academia, seus serviços e publicações, e fiquei curiosa sobre as atividades realizadas pela Instituição.

Apesar disso, a prática do estágio foi bem diferente do que eu havia imaginado, tanto pela natureza dos textos e do livro, quanto da Instituição.

Durante o período do estágio, meu contato foi com texto acadêmico, o que se mostrou bastante trabalhoso e desafiador, em virtude dos termos utilizados por cada área especializada. “Os textos didáticos, científicos e afins devem ser submetidos ao rigor da normalização e sofrer as alterações necessárias com vistas à coerência, clareza e correção da informação³⁰”.

Frequentemente, ao longo da revisão, foi necessário pesquisar os termos técnicos utilizados para saber se estavam com grafia correta. Além disso, os trabalhos acadêmicos possuem uma estrutura própria, como a presença de referências bibliográficas ao final do texto. Os textos revisados nem sempre possuíam Referências, mas quando o tinham, era necessário que eu fizesse a revisão dos aspectos de formatação. Para isso, eu tinha como base as Memórias anteriores e assim perceber qual norma estava costumava ser utilizada para utiliza-la e manter a coerência.

Em contrapartida, durante o processo de normalização me parece ter sido menos complexo trabalhar com textos dessa natureza. Um dos princípios da normalização textual é preservar a escolha do autor ao mesmo tempo que organiza os originais sob critérios e normas que lhe imprimem unidade e coerência. Ao contrário dos gêneros literários, os textos acadêmicos tem normas bem determinadas. Por isso, pareceu-me mais fácil seguir a vontade do autor, enquanto normalizava os texto. Atitude que talvez não acontecesse com os textos literários, por disporem de maior liberdade de forma.

³⁰ Ildete Oliveira Pinto – O livro, p. 12.

No processo de edição, a primeira responsabilidade do editor é submeter o texto a uma normalização. Quando se trata de uma coleção ou obra colegiada, é essencial estar atento à unidade e à coerência do livro como um todo³¹. Importante salientar, que esse princípio foi respeitado durante a prática da revisão, em que visei à uniformidade e à normalização da obra como um todo e não apenas de textos compilados. Entretanto, como explicado anteriormente, foi feita uma exceção devido ao Acordo Ortográfico. E, nesse caso, o princípio da vontade do autor prevaleceu.

Semelhante processo aconteceu com os autores já falecidos. Como, em princípio, textos nessa situação são inalteráveis, cabe ao editor decidir sobre eventuais modificações³². Desse modo, os originais foram revistos e normalizados sem sofrer grandes alterações.

Outra dificuldade já citada foi a ausência de um Livro de Estilo próprio. Isso tornou mais oneroso, bem como dificultou a comunicação com autores e gráfica. É conveniente e benéfico que as editoras possuam um estilo editorial próprio, que confira identidade própria e coerência nas suas publicações.

Cabe ainda fazer mais uma observação: a diferença entre a teoria e a prática ou, ainda, a diferença entre minha expectativa e a realidade.

Idealmente, em uma editora, a edição de originais segue as seguintes etapas:

- Preparação de texto;
- Revisões de texto ou de provas, dividida em:
 - Primeira prova: uma prova impressa é lida por um revisor;
 - Segunda prova: outra prova impressa é lida por outro revisor;
 - Terceira prova: não há leitura. Um terceiro revisor checa se as emendas pedidas pelo revisor da segunda prova foram incorporadas ao texto.³³

Essas etapas podem variar de acordo com o tamanho e natureza da editora, bem como com o número de volumes e prazos a serem respeitados.

³¹ Emanuel Araujo – A construção do livro, p. 59.

³² Ildete Oliveira Pinto – O livro, p. 11.

³³ Cristina Yamazaki – Editor de Texto, p. 2.

Em meu estágio na ACL, fui responsável sozinha pelas duas fases da edição e não houve diferentes revisores para realizar a preparação e a revisão dos textos. A outra estagiária do setor ficou responsável por trabalhar com as Memórias da Classe de Ciências. Sendo assim, ela ficou responsável pelas duas etapas do livro de Ciências e eu do livro de Letras. Evidente que a Dr.^a nos auxiliou e supervisionou em todo o preparação.

Ainda assim, parece-me mais eficaz e eficiente que haja diferentes revisores trabalhando com o mesmo original. Seja durante a fase de revisão de provas ou mesmo um para a preparação de texto e outro para as provas. Essa organização e participação de múltiplos atores, evita que fiquemos “viciados” no texto e deixemos passar erros que outro profissional poderia facilmente enxergar e reparar.

A Academia é uma Instituição pública, suas publicações não tem como objetivo o lucro ou a manutenção financeira. As publicações da Academia visam divulgar o conhecimento científico e literário produzido por seus sócios, bem como estimular a produção acadêmica e fomentar e impulsionar o conhecimento científico.

Sendo assim, não havia pressão exagerada ou prazos demasiadamente curtos. O trabalho foi realizado com calma, me sendo permitido aprender e estudar antes de iniciar a revisão. Ao mesmo tempo, pareceu-me que perdi um pouco da vivência cotidiana de uma editora e do mercado editorial.

Sobre a prática, a edição das Memórias na Academia seguiu adequadamente as fases da editoração e me possibilitou participar de maneira satisfatória dos momentos pré-industrial e industrial, desde o primeiro contato com o original até os revisão de provas. Infelizmente, devido ao tempo reduzido, não foi possível acompanhar as segundas provas e a fase pós-industrial do trabalho.

O trabalho do revisor pode passar por diversas fases: a marcação técnica, durante a qual o revisor lê o documento original e inclui diversas indicações de teor gráfico e linguístico de forma a preparar o trabalho para a fotocomposição, a leitura das provas, onde o texto composto é lido e comparado com o original, a contraprova, em que se verifica se as emendas decorrentes da leitura foram corretamente introduzidas, e a verificação da paginação³⁴.

³⁴ Públio Athayde; J. Ricardo Alves, Revisão de textos, p. 515.

Na preparação das Memórias, foi feita uma marcação inicial, técnica, em seguida o texto foi enviado para a gráfica, que retornou para as primeiras provas, onde os autores realizaram suas alterações e comparando com o original, produzi as modificações pedidas. Por fim, as provas foram enviadas mais uma vez para a gráfica e retornariam novamente para o Serviço de Publicações para a contraprovas ou segundas provas. Infelizmente não me foi possível participar dessa fase do processo, devido ao período do estágio.

CONCLUSÃO

De um modo geral, a experiência na Academia de Ciências de Lisboa foi bastante proveitosa. Foi minha primeira experiência laboral na área da edição de texto, então não tenho como comparar com outras dinâmicas ou planos de trabalhos.

Felizmente fui bem recebida e a Dr.^a Diana sempre foi solícita e paciente em me explicar o funcionamento da Academia e o processo de editoração das Memórias.

Além disso, mesmo que o estágio tenha uma carga horária pequena, pude participar de todos os processos da revisão e saber como ocorre a comunicação entre autor, revisor, gráfica.

Parece-me agora certa e fundamental a escolha pela revisão de texto em formato impresso durante as primeiras provas, pois apenas assim me foi possível perceber alguns erros de formatação e saber como vai ficar o texto após a sua publicação.

Em contrapartida, é uma pena que o trabalho tenha focado tanto na revisão e ela tenha tomado tanto a minha carga horária, não sendo possível que desenvolver outras tarefas. Um plano de estágio mais diversificado seria proveitoso tanto para a Academia quanto para os mestrandos.

Além disso, talvez a escolha pela Academia e não por uma editora ou mesmo a redação de um jornal não me tenham permitido vivenciar a dinâmica da área editorial de modo mais profundo. Uma vez que o volume de publicações da Academia não é o mesmo de um jornal ou uma editora comercial.

Ademais, o trabalho com textos académicos talvez tenha tornado a preparação de textos e normalização de estilo uma experiência menos enriquecedora. Em textos literários, é necessário revisar os tipos de discurso, bem como analisar a linguagem adequada a cada situação. O uso de um discurso informal e a presença de gírias em diálogos de livros de ficção é completamente aceitável e coerente. O que já não ocorre se for um narrador onisciente em 3^a pessoa, por exemplo. Some-se a isso a liberdade estilística e linguística dos textos literários, em que o editor deve conversar com o autor e tomar uma decisão sobre o que é liberdade poética ou não.

No meu caso, infelizmente, a comunicação com os autores deu-se praticamente pelo envio de originais e devolução das provas emendadas. Sem falar na rigidez estilística

e normativa dos textos acadêmicos, não me sendo possível refletir sobre até onde vai a atuação do revisor e até onde o autor deve prevalecer.

Outro ponto negativo é que infelizmente não pude fazer uso do programa InDesign, o qual conheci e estudei durante o Mestrado, uma vez que o programa não estava instalado em meu computador e que essa atribuição não é destinada aos estagiários.

Sobre a prática da revisão, uma grande dificuldade que tive foi a adequação da ortografia de algumas palavras que são diferentes do Português do Brasil para o Português de Portugal.

Um exemplo são as consoantes mudas (*c*, *p* e *b*), que no Português Brasileiro já não eram grafadas e que no Português Europeu desapareceram (ato, ação, detetive, ótimo). Havendo ainda os casos em que as duas grafias são permitidas no Português de Portugal (sectorial/setorial, característica/caraterística, olfacto/olfato).

Outro exemplo é o uso do acento circunflexo ou do acento agudo nas vogais *e* e *o*, que no Português Europeu aceitam a dupla grafia e no Português Brasileiro não (académico/acadêmico, fenómeno/fenômeno, Amazónia/Amazônia, fêmea/fêmea, género/gênero).

Nesses casos, foi necessário revisar e pesquisar a grafia constantemente para saber se após o Acordo aquelas palavras continuavam iguais e, se o autor estava priorizando ou não a nova ortografia. Para isso, fiz uso exaustivo do Portal da Língua Portuguesa³⁵. Felizmente, à medida que ia avançando na revisão e no número de textos trabalhados, essa dificuldade foi diminuindo.

Quanto a isso, a escolha pelos textos acadêmicos pareceu mais fácil. Apesar da dificuldade em trabalhar a ortografia, não senti dificuldade semântica em relação ao uso do português europeu continental, uma vez que a linguagem adotada foi a formal. No caso de textos literários, a presença de expressões populares e o estilo coloquial provavelmente gerariam mais dificuldade para que eu me habituassem com a variante linguística utilizada. Porém, exatamente por isso, em tese a experiência seria mais enriquecedora para meu crescimento e para minha prática como revisora.

³⁵ Disponível em:

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>

Ainda sobre as tarefas desenvolvidas e a prática do estágio, achei bastante enriquecedora a revisão as provas em formato papel e o uso dos sinais de revisão. Jamais havia feito uso desse tipo de comunicação e, apesar da dificuldade inicial, foi uma experiência prática e útil.

Mesmo que a Academia seja uma entidade pública e, por isso, não tenha sido possível vivenciar o dia-a-dia e o ambiente de trabalho dinâmico e os prazos apertados de uma editora comercial, considero o período de estágio como um momento proveitoso para minha aprendizagem como futura profissional na área editorial, visto que participei das diversas etapas do processo de revisão e editoração do volume a ser publicado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ARAÚJO, Emanuel, **A construção do livro: princípios da técnica de editoração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. 640 p.
- ATHAYDE, Públio; ALVES, J. Ricardo, **Revisão de textos – teoria e prática: o retorno**. Belo Horizonte: S/E, 2017.
- BEJA, Rui Manuel Monteiro de Oliveira - **A Edição em Portugal (1970–2010): Percursos e Perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011. 117 p. Dissertação de Mestrado.
- Decreto-Lei nº 5/1978, de 12 de Janeiro. Aprova os Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa. Diário da República nº 10/1978.
- Decreto-Lei nº 157/2015, de 10 de Agosto. Quinta alteração aos Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa. Diário da República nº 182/2015.
- LAMBERT, Mariana. **Real Academia das Ciências de Lisboa**. Brasil: Arquivo Nacional. [Consult. 4 Abr, 2020] Disponível em: <http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015&catid=91&Itemid=331>.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA. **Anuário do Ministério da Educação e Ciência 2013**, Lisboa: Secretaria Geral da Educação e Ciência, 2013. [Consult 10 Abr. 2020]. Disponível em <http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/anuariomec2013_web_0.pdf>.
- MORISSAWA, Mitsue – As ferramentas do preparador. In **Editoração arte e técnica**. 2ª ed. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2008.
- PINTO, Ildete Oliveira. **O livro: manual de preparação e revisão**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- PINTO, José M. de Castro. **Novo prontuário ortográfico**. 2ª ed. Lisboa: Plátano Editora, 2010.
- Regulamento n.º 1092/2016, de 23 de Novembro de 2016. Desenvolve os princípios normativos destinados à execução dos preceitos dos Estatutos homologados em 10 de Agosto de 2015. Diário da República nº 238/2016.

SILVA, Jessica Pandeirada – **O papel do editor no processo criativo da literatura:**

Uma abordagem no contexto do mercado editorial português. Porto:

Universidade do Porto, 2019. 157 p. Dissertação de mestrado.

YAMAZAKI, Cristina (2017, Set.). **Editor de Texto: Quem é e o que Faz.** Trabalho

apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP

Produção Editorial, Santos.

ANEXOS

Índice

✓ ELEMENTOS PARA UMA TIPOLOGIA FILOSÓFICA DO PROBLEMA DE DEUS	7	✓
<i>Michel Renaud</i>		
NAS ORIGENS DO CULTO LITÚRGICO DE S. VICENTE EM LISBOA: UM FRAGMENTO MEDIEVAL (C. 1250)	23	✓
<i>Aires A. Nascimento</i>		
✓ J. P. DA COSTA LEITE (LUMBRALES) E A TEORIA ECONÓMICA DAS CRISES EM PORTUGAL NO CONTEXTO DA GRANDE DEPRESSÃO	47	✓
<i>José Luís Cardoso</i>		
✓ UMA TENTATIVA DE LEITURA DE OS CANTOS DE EZRA POUND ...	67	✓
<i>Fernando Guedes†</i>		
✓ DIVÓRCIO E CASAMENTO NA I REPÚBLICA: QUESTÕES FRATURANTES COMO ARMA DE CONQUISTA E DE MANUTENÇÃO DO PODER PESSOAL?	87	✓
<i>António Menezes Cordeiro</i>		
✓ UM BRASILEIRO EUROPEU: JOAQUIM NABUCO	149	✓
<i>João Bigotte Chorão†</i>		
✓ AS BÍBLIAS E OUTRAS RARIDADES DAS COLECÇÕES DE FREI MANUEL DO CENÁCULO. DA SUA EXISTÊNCIA NA BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA	159	✓
<i>Ilídio do Amaral†</i>		
→ AS ORIGENS DO CULTO DE S. VICENTE DE LISBOA: FRAGMENTO LITÚRGICO MEDIEVAL		

Anexo 1: Índice Didáscalico feito e emendado por mim.

Índice Onomástico

✓	ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO		
	<i>Divórcio e casamento na 1 República: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal?</i>	87	enviado
✓	AIRES A. NASCIMENTO		
	<i>Nas origens do culto litúrgico de S. Vicente em Lisboa: um fragmento medieval (c. 1250)</i>	23	enviado
	ARTUR ANSELMO		
	<i>A obra literária de Sousa Costa</i>	265	
	ARTUR ANSELMO		
	<i>No cinquentenário da morte de Júlio Dantas: o académico e o memorialista</i>	403	
✓	CARLOS ASCENSO ANDRÉ		
	<i>Da minha língua vê-se o mar. Literatura e ensino da língua</i>	291	enviado
✓	FERNANDO CRISTÓVÃO		
	<i>O Brasil nos arquivos secretos do Vaticano</i>	325	enviado
✓	FERNANDO GUEDES†		
	<i>Uma tentativa de leitura de Os Cantos de Ezra Pound</i>	67	
✓	GUILHERME OLIVEIRA MARTINS		
	<i>Cultura portuguesa e os novos desafios da sociedade do conhecimento</i>	253	enviado
	As origens do culto de S. Vicente de Lisboa: fragmento litúrgico medieval		

Anexo 2: Índice Onomástico feito e emendado por mim.

para este fim legitimamente o substituir” – artigo 1.º. O registo compreendia – 4.º – os nascimentos, os casamentos, os óbitos e o reconhecimento ou legitimação dos filhos. Havia, depois, várias regras tendentes à normalização das inscrições. Previa-se uma fiscalização pelos vigários de vara ou arciprestes, a aprovação e o arquivamento dos registos e documentos anexos⁴⁷. Para efeitos de registo, como se disse, os párocos eram considerados funcionários públicos.

Veio, depois, o Decreto de 2-Abr.-1862 prescrever “...a forma de escripturar o registo parochial”, regulando de novo a matéria, em moldes não muito diversos⁴⁸. Pela Portaria de 16-Jul.-1866, o “...bom ou mau serviço dos parochos com relação ao registo parochial...” passaria a ser tomado em conta nos concursos⁴⁹.

V. O Código de Seabra, no seu artigo 2441.º, voltava a referir um registo público destinado a provar os factos do nascimento, do casamento e do óbito⁵⁰. Manteve-se, todavia, a situação anterior.

Por fim, o Decreto de 28-Nov.-1878 (Tomás Ribeiro) veio regular o registo civil para os não-católicos⁵¹. Era, ~~todavia~~ ainda um diploma muito elementar.

A partir desse momento passou a existir, no País, uma dualidade de registos relativos ao estado das pessoas: registo paroquial para os católicos e registo civil para os não-católicos. Tratava-se de uma situação transitória, destinada a cessar assim que se mostrassem reunidas as condições para um verdadeiro e próprio registo civil. Seriam necessários, para tanto, mais de trinta anos.

⁴⁷ O Regulamento foi complementado pela Portaria de 8-Out.-1859, que mandou distribuir aos párocos modelos dos assentos de batismo, casamento e óbito – DG n.º 239, de 11-Out.-1859, 1285-1296.

⁴⁸ DG 79, de 8-Abr.-1862 = *Collecção Official* 1862, 69-75 = TEIXEIRA REBELLO, *Collecção*, 2.º vol. (1897), 39-50.

⁴⁹ DLx 158 de 17-Jul.-1866 = *Collecção Official* 1866, 296 = TEIXEIRA REBELLO, *Collecção*, 2.º vol. cit., 79-80, assinado por BARJONA DE FREITAS.

⁵⁰ JOSÉ DIAS FERREIRA, *Código Civil Annotado* cit., 4, 2.ª ed., 341 ss.

⁵¹ *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Anno de 1878, 394-400; este diploma é antecedido por um preâmbulo com relevo histórico, retomando elementos inseridos no preâmbulo do Decreto de 19-Ago.-1859.

carreiras e desempenhos, como a carreira diplomática e consular⁸⁶ e outros papéis que envolvessem “funções de autoridade”⁸⁷.

Mas também no Direito privado, particularmente no Código Civil, surgiam discriminações. Quanto à mulher em geral, eram escassas: artigos 1601.^o, a) (idade núbil, de 16 anos para homens e de 14, para mulheres), 1720.^o/1, b) (regime imperativo de separação de bens, de 60 anos para homens e de 50, para mulheres) e 1828.^o (idade mínima para perfilhar, de 16 anos para homens e de 14, para mulheres). O panorama era diverso em relação à mulher casada: isso ao ponto de haver toda uma dogmática quanto às “incapacidades da mulher casada”.

Anotem-se alguns aspectos relativos ao estatuto da mulher casada, segundo a versão original do Código Civil de 1966:

- 1672.^o/1: a mulher deve adotar a residência do marido;
- 1674.^o: o marido é o chefe da família, competindo-lhe representá-la e decidir em todos os casos da vida conjugal comum;
- 1675.^o/1: a mulher tem o direito de usar o nome do marido, não se referindo o inverso;

2. Os concorrentes podem juntar ainda quaisquer outros documentos comprovativos de habilitações que possuam e de serviços públicos que tenham prestado e aproveitar para o concurso os documentos que anteriormente tenham dado entrada no Ministério da Justiça, desde que sejam expressamente designados no requerimento de admissão, com a declaração do ano e do fim para que tenham sido apresentados.

⁸⁶ Artigo 25.^o do Decreto-Lei n.º 47 331, de 23 de Novembro de 1966:

A admissão no serviço diplomático depende da aprovação em provas públicas, a que só poderão ser candidatos os cidadãos portugueses originários, de sexo masculino, licenciados em Direito, História, Filosofia, Economia, Finanças ou pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, ou ainda diplomados em cursos de escolas superiores estrangeiras que sejam declarados pelo Ministério da Educação Nacional equivalentes a qualquer das referidas licenciaturas.

⁸⁷ Por exemplo, o artigo 488.^o do Código Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de Dezembro de 1940:

Os requerimentos, escritos e assinados por cada concorrente [a cargos judiciais], além de conterem a declaração da naturalidade e do domicílio, serão acompanhados de documentos comprovativos dos seguintes requisitos:

a) Ser cidadão português do sexo masculino com idade não inferior a 21 anos nem superior a 35 anos;

A Constituição de 1933, no seu artigo 5.^o, § único, ressaltava, à igualdade de direitos, o seguinte: “salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza, e do bem da família”; na revisão de 1971, esse preceito foi substituído por um § 2.^o, assim concebido: “salvas, quanto ao sexo, as diferenças de tratamento justificadas pela natureza”. A pressão igualitarista parece evidente; todavia, a doutrina entendia que essa modificação “não afecta as diferenças de condição jurídica entre marido e mulher...”; vide PAULO CUNHA, *Teoria geral cit.*, 37.

Anexo 4: Primeiras provas com emendas feitas pelos autor

J. P. da Costa Leite (Lumbrales) e a teoria económica das crises em Portugal no contexto da Grande Depressão¹

José Luís Cardoso²

A presente comunicação não visa uma abordagem de conjunto da obra do professor e político João Pinto da Costa Leite (Lumbrales). Nesta Academia, muitos são os que privaram com a pessoa e conheceram de perto a acção por ele desenvolvida como Professor de economia política na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ou como membro de governo, e que, naturalmente, estão melhor habilitados para falar com conhecimento de causa sobre as múltiplas facetas da sua carreira.

Recorde-se que o seu percurso público se iniciou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sucedendo a António Oliveira Salazar na regência das cadeiras de economia política e de finanças públicas. Desempenhou funções breves como ~~sub-secretário~~ de Estado das Finanças entre 1929-1930/ e regressou ao ensino na Universidade de Coimbra, onde se manteve até 1934. Foi neste período que obteve a sua cátedra, tendo apresentado a concurso a obra que irei analisar seguidamente. Em 1934 iniciou uma carreira política como membro de sucessivos governos de António Salazar, que com ele mantinha relação privilegiada de confiança pessoal e política (1934-37: ~~sub-secretário~~ de Estado das Finanças; 1937-40: Ministro do Comércio e Indústria; 1940-1950: Ministro das Finanças; 1950-55: Ministro da Presidência).

Regressou ao ensino de matérias de economia política em 1955 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da qual foi Director. Foi ainda dirigente destacado de diversos organismos e instituições do Estado Novo (Legião

¹ Esta comunicação, apresentada na sessão da Classe de Letras de 10 de Fevereiro de 2011, foi publicada em versão ligeiramente adaptada com o título "A teoria económica das crises na obra de J. P. da Costa Leite (Lumbrales)", in Carlos Gaspar, Fátima Patriarca e Luís Salgado de Matos (orgs.), *Estado, Regimes e Revoluções. Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, 127-144. Reitero a homenagem a Manuel de Lucena, dedicando este texto em sua memória (Março 2015).

² Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

REFERÊNCIAS

- Aftalion, Albert, 1913. *Les crises périodiques de surproduction*. Paris: Librairie Marcel Rivière.
- Aftalion, Albert, 1927. *Monnaie, prix et change*. Paris: Librairie di Recueil Sirey.
- Bastien, Carlos, 2001. João Pinto da Costa Leite (Lumbrals). In: José Luís Cardoso (ed.), *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Lisboa: Temas e Debates, 181-3.
- Bastos, Francisco José Teixeira Bastos, 1894. *A Crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Lisboa: Tipografia de A. J. da Silva Teixeira.
- Boianovsky, Mauro, 2000. In search of a canonical history of macroeconomics in the interwar period. Haberler's Prosperity and Depression revisited. In Michalis Psalidopoulos (ed.), *The Canon in the History of Economics. Critical Essays*. London: Routledge, 156-179.
- Boianovsky, Mauro and Hans-Michael Trautwein, 2006. Haberler, the League of Nations and the Quest for Consensus in Business Cycle Theory in the 1930's. *History of Political Economy*, 38:1, 45-89.
- Burnay, M. Ortigão, 1928. *Aspectos da Crise Portuguesa*. Lisboa: ed autor.
- Caetano, Marcello, 1931. *A Depreciação da Moeda depois da Guerra*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Campos, Ezequiel de, e Quirino de Jesus. 1923. *A Crise Portuguesa. Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*. (Nova edição: Ezequiel de Campos, *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial (1918-1944)*, dir. ed. Fernando Rosas. Lisboa: Banco de Portugal, 1998, 46-185.
- Cardoso, José Luís, 2018. The Great Depression in Portugal: diagnoses and remedies. In *Proceedings of the Conference The Great Depression and economic thought in Europe's less industrialized countries revisited, Corfu, October 2010 (forthcoming)*.
- Carqueja, Bento, 1926. *Economia Política*. Porto: Oficina do Comércio do Porto (Tomo II).
- Chorão, Luís Bigotte, 2009. *A Crise da República e a Ditadura Militar*. Lisboa: Sextante Editora.
- Constâncio, Francisco Solano, 1821. Lettres à M. Malthus, etc. ou Cartas a M. Malthus sobre diversos assuntos de economia política, e particularmente, sobre as causas da estagnação do comércio. Por J.B. Say etc., Paris, 1820. *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, Tomo XII, Parte I, 28-51 [nova edição: Francisco Solano Constâncio, *Leituras e Ensaios de Economia Política (1808-1842)*, dir. ed. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995].
- Cordeiro, J.A. da Silva, 1896. *A Crise em seus Aspectos Morais. Introdução a uma Biblioteca de Psicologia Individual e Colectiva*. Coimbra: França Amado Editor.
- Correia, José Dias de Araújo, 1932. *A Crise nos seus Aspectos Económico e Social*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.
- Cruz, João Perpétuo da, 1925. *A crise económica. Seus aspectos essenciais*. Lisboa: Edições Spartacus.
- Dangel, Cécile and Alain Raybaut, 1997. Albert Aftalion's macrodynamic theory of endogenous business cycles. *Journal of the History of Economic Thought*, 19:1, 71-92.
- Ferreira, Rui Viseu, 1990. Consequências da crise de 1929 no pensamento económico em Portugal: Costa Leite e a teoria das crises. In: António Almodovar (org.), *Estudos sobre o Pensamento Económico em Portugal*. Porto: Faculdade de Economia, 207-226.

— Michalis Psalidopoulos (ed.), *The Great Depression in Europe: Economic Thought and Policy in a National context*. Athens: Alpha Bank, 361-393.

Anexo 6: Primeiras provas com emendas feitas por mim.

restabelecido, apenas, em 1884⁹⁰. No Parlamento Monárquico, ele foi objeto de um primeiro projeto, em 1900, que não chegou a ser discutido⁹¹. Idêntico destino teve um segundo projeto, de 1906. No período imediatamente anterior à República, surgiram três obras a defendê-lo: de Roboredo Sampaio e Mello⁹², de Alberto Bramão⁹³ e de Luís de Mesquita⁹⁴.

Requero

Sampaio e Mello explica os diversos tipos de família⁹⁵; examina a justificação para o divórcio⁹⁶; remonta ao Cristianismo antigo e aos Padres de Igreja⁹⁷; percorre as reformas modernas, designadamente as francesas, de 20-Set.-1792 e de 27-Jul.-1884⁹⁸. Apenas o Catolicismo a rejeitaria, após o século XVI⁹⁹. Examina o caso português, explicitando que a separação de corpos, única hipótese admitida por lei que não dissolvia o casamento, é, em geral, pedida pela mulher¹⁰⁰ havendo no País, em 1-Dez.-1900, 2.482 indivíduos separados judicialmente¹⁰¹.

Alberto Bramão tem um discurso mais radical, atacando diretamente a Igreja Católica. Diz, logo a abrir¹⁰²:

O divorcio, apresentado pelo fanatismo catholico como um mal, produziu, ao cabo de quatro seculos e meio d'essa propaganda, uma especie de crósta no espirito do nosso paiz, offerecendo incrível resistencia á penetração do raciocinio.

⁹⁰ Quanto à evolução em França, vide MARCEL PLANTOL, *Traité élémentaire de Droit civil*, 2.^a ed., 3 (1903), n.º 482 ss. (155 ss.).

⁹¹ Justamente do então deputado progressista Duarte Caetano Reboredo de Sampaio e Melo, autor do livro abaixo referido. Apenas o Dr. Santos Viegas, abade de S. Tiago das Antas se lhe opôs.

⁹² ROBOREDO DE SAMPAIO E MELLO, *Família e divórcio* (1906), 414 pp.

⁹³ ALBERTO BRAMÃO, *Casamento e divórcio* (1908), 388 pp.; este Autor foi colaborador direto de Hintze Ribeiro.

⁹⁴ LUÍS DE MESQUITA, *Projecto de Lei do Divórcio em Portugal* (1910).

⁹⁵ ROBOREDO DE SAMPAIO E MELLO, *Família e divórcio* cit., 49 ss.

⁹⁶ *Idem*, 243 ss.

⁹⁷ *Idem*, 263 ss.

⁹⁸ *Idem*, 265 ss.; esta última lei mereceu-lhe uma especial atenção: *idem*, 303 ss.

⁹⁹ *Idem*, 328 ss.

¹⁰⁰ *Idem*, 383 ss.

¹⁰¹ *Idem*, 407 ss.

¹⁰² ALBERTO BRAMÃO, *Casamento e divórcio* cit., 1.

(c.b.)

Anexo 7: Primeiras provas com emendas feitas por mim.